

Moção de repúdio: agência reguladora não é regulamentação!

Ementa: Repudia a proposta de criação de uma agência reguladora para o ensino superior

Por meio desta moção, manifestamos nosso repúdio à proposta do Ministério da Educação (MEC) de criar uma agência reguladora do ensino superior privado no Brasil. A intenção da pasta de instituir um órgão como esse vai no sentido contrário aos inúmeros estudos de pesquisadores da educação brasileira, que apontam para a necessidade de estabelecer diretrizes rígidas para regulamentar essa etapa do ensino no país.

Criar uma agência com esse propósito em hipótese alguma significa a regulamentação do setor. Ao contrário, representa mais uma oportunidade para que o setor privado atue em defesa dos seus próprios interesses, como se observa em outras agências em vigor no Brasil. Na prática, implica a autorregulação do ensino superior privado e a perda da capacidade do Estado de gerenciar um setor estratégico para a soberania do país.

Na atual conjuntura, diante da expansão desenfreada do capital privado e rentista na educação, com impactos negativos inegáveis na qualidade do ensino e nas condições laborais, o que se faz necessário é a retomada do projeto do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior (Insaes), subordinado ao governo federal.

Educação é um direito de todos e um dever do Estado. Não se trata de uma mercadoria, e quem deve regulamentá-la são os órgãos do Estado, e não agências atravessadas por interesses privatistas.

Portanto, reiteramos o repúdio à proposta do MEC e reafirmamos a necessidade de que efetivamente sejam definidas diretrizes para regulamentar o ensino superior no Brasil, a fim de que a educação não perca o seu caráter de mola propulsora do desenvolvimento da nação. Só assim conseguiremos construir uma educação pública, laica, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada, como dever do Estado e direito de todas e todos.